

UM PARALELO ENTRE OS PROJETOS SOCIETÁRIOS DEFENDIDOS PELO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E PELOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Ednéia Alves de Oliveira – Universidade Federal de Juiz de Fora

Raíssa Cristina Arantes – Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO: Este artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida no ano de 2013 e financiada pela Universidade Federal de Ouro Preto. O objetivo era fazer uma análise comparativa entre os projetos societários dos movimentos sociais supracitados. Nossa hipótese era de que os movimentos sociais em tela, disputam projetos societários diferenciados na ordem burguesa, o que suscita uma apreensão da luta de classes e da própria transformação social sob diferentes perspectivas ideológicas, podendo favorecer a hegemonia burguesa ou apresentar-se como uma proposta contra hegemônica ao projeto conservador burguês. O método de análise utilizado foi o materialismo histórico dialético e as fontes pesquisadas foram materiais fornecidos pelos próprios movimentos como cartilhas, livros etc. Os resultados apontam para a defesa de projetos societários distintos, sendo o MST um movimento que visa a emancipação humana, portanto um projeto revolucionário, o que difere dos novos movimentos sociais e sua luta pela emancipação política o que caracteriza a defesa de um projeto societário reformista.

Palavras Chave: Movimentos sociais, luta de classes, projetos societários

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva traçar um paralelo entre os projetos societários do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e dos novos movimentos sociais. O surgimento do MST está associado ao processo de consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, quando acentua a expulsão dos trabalhadores rurais para atender aos ditames do crescimento econômico, o que coloca a propriedade privada fundiária para atender aos interesses do capital. Este processo gerou uma concentração de terras, resultando na organização política dos trabalhadores do campo em torno de um projeto de reforma agrária. Posteriormente esta organização será constituída por um movimento social articulado com estas questões imediatas e, posteriormente como estratégia de luta contra a ordem vigente. Neste mesmo período, em face do questionamento do socialismo “realmente existente” dos países do leste europeu e do esgotamento do padrão fordista-keynesiano emergem os chamados “novos movimentos sociais”, de caráter eminentemente urbano e com demandas muito específicas o que denota uma configuração política e ideológica voltada para a defesa de interesses identitários, negando as instituições de representação dos trabalhadores como partidos e sindicatos e com demandas fora da esfera da produção. Neste sentido podemos afirmar que estes movimentos estão ancorados em uma perspectiva de reformismo da ordem burguesa e não de ruptura da mesma, divergindo do projeto defendido pelo MST.

I- Trabalho, classes sociais e Estado.

O homem, ao longo da história, busca na natureza elementos para suprir suas necessidades básicas. O mesmo modifica a natureza e para tal utiliza o trabalho, trabalho este que é fundante das relações sociais. Porém, com o desenvolvimento do capitalismo, este trabalho também sofre alterações, tanto no âmbito da produção, como da força em si. O trabalho que até então objetivava a produção para o seu próprio consumo e sustento, se altera e passa para a produção de mais-valia e excedente. Para tal, Marx em toda a sua vasta obra, busca a compreensão da totalidade, partindo da produção material da vida, percebendo então que o processo do trabalho é a condição de existência do homem, e que o mesmo é, em sua maioria, realizado de forma coletiva, independente de todas as formas de sociedade.

Para Marx (1985), a formação do ser social sofre influências da práxis, conjunto de objetivações humanas, cujo fator dominante é o trabalho. O trabalho é a categoria que mostra o modo de ser dos homens em sociedade. Assim, é através do trabalho e da produção, que se alteram as relações sociais; desta forma, se a sociedade sofre alterações, essas alterações repercutem no processo de trabalho e nas relações sociais.

Um exemplo é o processo de acumulação. Este ocorre através do aumento da produtividade do trabalho e da concentração do capital constante. O interesse do capitalista é explorar a força de trabalho, diminuir o tempo do trabalho/produção, e conseqüentemente, aumentar a mais-valia e o capital constante. Também para garantir a acumulação de capital, faz-se necessário a formação de um exército industrial de reserva, ou seja de trabalhadores fora do mercado de trabalho, para explorar ainda mais os trabalhadores e também manter o valor dos salários baixos.

Assim, ainda segundo os estudos de Marx (1985), na sociedade capitalista, com o desenvolvimento das forças produtivas, que pressupõe o domínio humano sobre a natureza, permite que o ser social adquira consciência de si como sujeito histórico. Porém, esta mesma relação também produz mecanismos de sua negação, oriunda da contradição entre o maior desenvolvimento do ser social e o maior grau de alienação. No capitalismo o trabalhador fica pobre em função da riqueza que produz e se torna uma mercadoria como outra qualquer. A necessidade de vender sua força de trabalho para subsistir faz com que o trabalhador não tenha consciência da totalidade da produção da mercadoria que produz e consome, pois ele não detém os meios de produção e seu processo de trabalho é cada vez mais fragmentado e parcelado. Isso gera o trabalho alienado, quando o ser social passa a não ter mais consciência de si enquanto sujeito social e suas relações. Devido ao processo de trabalho, ele acredita que

o produto existe independentemente dele. Desta forma, no modo de produção capitalista, a vida genérica do homem é negada quando o trabalho se transforma em instrumento de pura sobrevivência. Neste contexto a propriedade privada e a divisão social do trabalho são fundantes da alienação, assim como a valorização da posse, a coisificação e o dinheiro.

Estes fatores irão incidir na conformação das classes sociais na ordem do capital. Marx (2008, p.08) em sua célebre obra *O Manifesto do Partido Comunista*, conclui que *a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classe*; a desigualdade sempre esteve presente, opressores e oprimidos, sempre em uma luta ininterrupta, que terminam em transformação revolucionária da sociedade. Porém ressalta ele, na sociedade capitalista esta divisão entre classes será definida em apenas duas classes que disputam entre si seus projetos societários. A burguesia com sua proposta conservadora e o proletariado com seu projeto revolucionário. Muitos críticos de Marx defendem que o conceito de classes sociais não foi muito bem trabalhada pelo autor. Tudo isto em função do capítulo 52 de “O Capital” que se referia exatamente às classes sociais ter ficado inconcluso em razão de sua morte. Contudo para Marx as classes sociais estão diretamente associadas ao processo de produção e propriedade dos meios de produção. Onde de um lado se encontra o trabalhador que gera a mais-valia, do outro está o capitalista, que recebe a mais-valia; o oprimido e o opressor, o explorado e o explorador.

Outro fator importante ao se analisar as classes sociais antagônicas, são os projetos societários defendidos pelas mesmas. Se de um lado, temos um projeto sócio-político defendido pela classe trabalhadora, revolucionário, de acordo com o marxismo, e em busca de emancipação da sociedade vigente; do outro temos um projeto conservador, defendido pela classe burguesa, em busca da acumulação capitalista, através da exploração do trabalho. Estes projetos societários passam por diversas transformações, no decorrer das transformações dos estágios do capitalismo, porém, a intenção principal se mantém, de um lado tem-se um projeto revolucionário e de outro um projeto conservador.

Estes projetos são defendidos por cada segmento de classes, sempre esbarrando no Estado, que enquanto comitê executivo da burguesia proporciona um projeto conservador, que permite apenas a emancipação política, se colocando contrário ao projeto defendido pela classe trabalhadora. Portanto compreender a natureza do Estado é condição para compreender também o processo de disputa dos projetos das classes sociais. Ou seja, o Estado surge como mediador civilizador, isto é, cabe ao Estado a responsabilidade de controle das paixões

humanas, do desejo insaciável de vantagens materiais, próprios ao homem no estado de natureza e assim impedir a “guerra de todos contra todos”, uma vez que “o homem é o lobo do homem”. Neste sentido seria necessário a construção de um pacto social em defesa da vida, da liberdade e, sobretudo da propriedade. A propriedade considerada como base de uma sociedade justa e equitativa. Percebe-se já uma concepção de Estado defensor dos interesses dos proprietários e não da coletividade.

Este caráter do Estado será compreendido por Marx em toda a sua obra. Para ele o Estado liberal burguês é um Estado restrito e que não representa o interesse de todos, mas sim dos proprietários dos meios de produção, e que para chegar aos seus interesses, utilizam a coerção. Porém, através da análise desses interesses, Marx percebe que os mesmos passam para além do interesse individual e chega ao “interesse de classe”, ou seja, ele vê que o verdadeiro sujeito da história não é o indivíduo, e sim as classes sociais em que os indivíduos compartilham os mesmos ideais dentro de uma mesma classe.

Se Marx tratou da realidade do capitalismo concorrencial no século XIX, no seu momento de maior desenvolvimento industrial na Inglaterra, tendo como seu objeto central as relações de produção; Gramsci trata da realidade do capitalismo monopolista, no século XX em um país da periferia europeia (Itália). Gramsci, segundo Montañó e Duriguetto (2010, p.43, apud COUTINHO 1996), “empreenderá um desenvolvimento original a partir dos conceitos básicos de Marx, Engels e Lenin para pensar na sociedade civil e sua relação com o Estado”. Gramsci analisa um Estado até então inexistente no período em que Marx o analisou. Essa diferença se dá através da primeira conquista que foi a redução da jornada de trabalho. Ou seja, surge na história, a possibilidade de que mesmo no espaço de um Estado que representa os interesses da classe burguesa, há lugar para a representação, por menor que seja, das classes subalternas. Para tal, o autor observa, que o Estado passa a agir como um Estado ampliado, ou seja, ele é obrigado a ceder algumas coisas a partir da pressão da classe trabalhadora, que se dá através de partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais.

Em suas pesquisas, Gramsci aborda a sociedade civil como sendo a composição de uma rede de organizações (associações, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos etc); é uma das esferas sociais em que as classes sociais organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, na qual as classes e suas facções lutam para conservar ou conquistar hegemonia. E assim, com a socialização da política, o Estado se amplia, incorporando novas funções, e incluindo no seu seio as lutas de classes; o Estado

ampliado de seu tempo e contexto, preservando a função de coerção, tal como por Marx e Engels definiram, também incorpora a esfera da sociedade civil.

Seguindo os conceitos e estudos de Marx e Engels, Gramsci reafirma o Estado como o “comitê executivo da burguesia” no qual legitima seus interesses por meio da coerção; mas vai mais além, ele também inclui a hegemonia da burguesia na superestrutura. Para o marxista italiano, Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe não dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados. Ou seja, a esfera da sociedade civil é a esfera das mediações do exercício da dominação de classe pelo exercício do convencimento.

Segundo Montaño e Duriguetto (2010) a (nova) função estatal, de direção social, de consenso, de hegemonia, é dada na (nova) esfera da sociedade civil, sendo o espaço onde se confrontam os diversos projetos de sociedade (o que lhe permite visualizar a ampliação do fenômeno estatal), percebendo a incorporação das lutas de classes na esfera estatal. A sociedade civil é composta por Aparelhos Privados de Hegemonia, ou seja, organismos sociais aos quais se adere voluntariamente e que representam os diversos interesses dos atores (particularmente das classes) que a compõem. Neste sentido, a sociedade civil em Gramsci faz parte do Estado, que por sua vez é permeado por interesses e conflitos das classes sociais conformadas na estrutura econômica.

Dentre estes conflitos estão os referentes aos direitos civis e sociais. Para se ter a compreensão da luta por direitos dos trabalhadores, antes é preciso compreender o papel do homem nessa sociedade, que inicialmente passa a ser entendido como um ser com dois direitos naturais básicos: liberdade e propriedade. Porém, com o avançar da sociedade burguesa a ideia de liberdade e propriedade está ligada diretamente ao trabalho e a consequente exploração deste, ou seja, só é livre e tem direito à propriedade quem trabalha, mas nem todos que trabalham têm acesso e direito à propriedade. E neste sentido, que se tem o ideário de que é preciso ter a propriedade para ter acesso à cidadania.

Então, o que se tinha inicialmente, era a noção de direito civil, direitos individualistas, como liberdade de ir e vir, liberdade de propriedade e posse. Só depois que se tem a necessidade dos direitos sociais, através das múltiplas expressões da questão social, a classe trabalhadora começa a cobrar do Estado respostas frente á estes problemas, frente à exploração do trabalho, etc... Assim, os direitos sociais tem sua origem apenas no século XIX.

Em resposta aos questionamentos e á cobrança da classe trabalhadora perante ás expressões da questão social, o Estado inicialmente levanta questões tendo como pano de fundo uma noção de moralidade, trabalho, dever e culpabilidade dos indivíduos quanto a situação que vivem.

A noção de direitos na sociedade de classes inicialmente surge da concepção de direitos naturais, e se expressa numa visão fetichizada onde suas possibilidades de acesso universal são também ilusórias. A cidadania daí decorrente não transforma as desigualdades sociais, ao contrário, as aprofunda; o capitalismo nunca deixa de instrumentalizar a seu favor os direitos conquistados. Se a desigualdade social (econômica) é o fundamento dos direitos, o alcance destes direitos (civis, políticos e sociais) deve necessariamente passar pela supressão da mesma. Se isso não for considerado, qualquer tentativa de mantê-los não passa de argumentos que encobrem as profundas desigualdades sociais. Com isso os direitos sociais são materializados em forma de políticas sociais, satisfazendo as necessidades dos trabalhadores e também servindo como instrumento de contenção de conflitos.

Esta condição de melhoria das condições de vida e de trabalho gerou uma crescente organização dos trabalhadores. Para tal, a classe trabalhadora se une e se organiza na luta contra a opressão, as más condições de trabalho dentre outros motivos. Inicialmente, foi através da exploração que os trabalhadores sofriam e ainda sofrem que os mesmos se uniram e continuam a se unir, ora em partidos políticos, ora em sindicatos ou movimentos sociais como forma de ganharem representatividade e força, além de se organizarem em busca dos seus direitos, por melhores condições de trabalho, contra a exploração, dentre outras pautas reivindicatórias. Porém, essa união da classe trabalhadora se desenvolve em dois níveis fundamentais, um vinculado ao espaço do trabalho, o sindicato, e o outro externo ao ambiente de trabalho, o partido político. Este momento permitirá, contudo, o surgimento das propostas reformistas, o que impediu a construção de uma alternativa comunista, haja vista que os trabalhadores optaram por uma luta por melhores condições de vida e de trabalho, relegando o projeto revolucionário (Oliveira, 2013). Ainda segundo a autora esta estratégia reformista vai ser consolidada quando da implementação do *Welfare State* na Europa, em que os ganhos de salários e de políticas de proteção social ganham a adesão do movimento sindical e trabalhista.

Esta tendência ao reformismo será favorecida pelas fragmentações internas do movimento operário como bem demonstra o movimento sindical. Segundo Antunes (1980,

p.23) surgem várias correntes com divergências diversas, ideológicas, organizacionais, que disputavam espaço e influência no movimento operário sindical já entre 1880 e a 1ª Guerra Mundial; sendo essas correntes: a *anarquista*, que partiam do pressuposto de que a ação direta violenta e greve geral dos operários, só isso poderiam levar à transformação do capitalismo. Além disso, propugnavam a abolição do Estado, pois eram contra o Parlamento e partidos políticos; a *reformista* cujos objetivos e lutas sindicais são definidos nos limites das relações capitalistas de produção e compatíveis com a manutenção do sistema; o *sindicalismo corporativista* que tem origem durante a vigência do fascismo na Itália, que sugerem um atrelamento ao Estado em forma de corporações subordinadas ao Estado, conciliando os conflitos capital x trabalho; e o *sindicalismo comunista* que além da luta dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho, iria organizar os trabalhadores para a luta anti-capitalista, a partir do momento em que os trabalhadores, à medida que se organizassem, tomariam a sua consciência de classe.

Outra maneira em que os trabalhadores se unem em prol de seus direitos se faz através dos movimentos sociais. Essa união em forma de movimentos dos trabalhadores apareceu no início da industrialização e fim da manufatura, momento em que os trabalhadores passam a ser chamados de operários. Neste momento, em especial na Inglaterra, que ocorre a chamada Revolução Industrial, inicia-se o período conhecido como liberalismo, ou seja, a liberdade dos patrões explorarem seus operários o quanto quiserem. Neste período nada ocorria em termos de direitos para a classe trabalhadora, que eram obrigados a fazer uma jornada diária de aproximadamente 18 horas, que incluíam homens, mulheres e crianças, e para os quais o salário era completamente insuficiente para até mesmo se alimentarem.

A primeira manifestação contrária à exploração que estes trabalhadores sofriam foi o movimento chamado *Luddista*, em que os operários se juntaram para quebrar as máquinas das indústrias, sobre a justificativa de que estas eram a causa de toda aquela exploração. Também neste período, lutavam para que fossem permitidas as associações para que os trabalhadores pudessem se juntar e reivindicar seus direitos, coisa que levou anos para serem aceitas, inicialmente sob a perspectiva das *trade unions*.

Outro movimento que marcou a época foi o movimento *Cartista*. Outro acontecimento importante foi a primeira greve geral na Inglaterra em 1842, cuja principal exigência dos trabalhadores era a redução da jornada de trabalho. Este movimento foi a união de trabalhadores em vários locais da Inglaterra faziam marchas em busca de uma carta constitucional que dessem direitos aos trabalhadores. Posteriormente, os trabalhadores perceberam que se o que gerava a exploração era a produção, então a solução seria parar a

produção, e aí deram início às primeiras greves na tentativa da classe se organizar em prol dos direitos almejados. E foi, em 1842 que ocorreu na Inglaterra a primeira greve geral, em que a principal exigência dos trabalhadores era a redução da jornada de trabalho. Durante um longo período, em outros países também recém industrializados ocorriam os mesmos processos, tanto o da exploração da força de trabalho sobre baixíssimos salários e mínimas condições, como a luta da classe trabalhadora em se organizar e reivindicar sobre seus direitos.

Aos poucos, trabalhadores do mundo inteiro conseguiam se unir nas chamadas *union* o que para os latinos eram chamados de sindicatos. Desta forma, em um encontro internacional de trabalhadores da Indústria Têxtil, trabalhadores de várias organizações de vários países se unem e decidem montar a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), realizando o seu primeiro encontro na Inglaterra (Londres). Este encontro contou com cinquenta trabalhadores de vários países, onde lançaram a campanha da conquista da jornada de trabalho para 8 horas diárias. Assim, em vários países os trabalhadores passam a reivindicar a jornada de trabalho de 8 horas, e algumas condições de trabalho e de salário. Este momento evidenciou o conflito entre trabalhadores e capitalistas, resultando numa guerra oculta entre burguesia e proletariado mediado pelo Estado.

II – Organização da classe trabalhadora, O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os novos movimentos sociais no Brasil.

A classe trabalhadora, como meio de lutar contra a exploração do trabalho e a opressão, em prol de seus direitos sociais; tende a se unir e se organizar para tal. Essa união se dá efetivamente através dos sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais. A união da classe trabalhadora em forma de movimentos apareceu pela primeira vez no início da industrialização e fim da manufatura, onde os trabalhadores passam a ser chamados de operários. Neste período os direitos sociais eram inexistentes, pois contrariavam uma sociedade em que os indivíduos eram iguais e a intervenção direta do Estado na desigualdade social configurava-se como um favorecimento de uns em detrimento de outros. Portanto, as jornadas de trabalho eram muito prolongadas, chegando a atingir, aproximadamente 18 horas, incluindo homens, mulheres e crianças, e com um salário completamente insuficiente para a sobrevivência física do trabalhador.

Diante das péssimas condições de vida e de trabalho, os trabalhadores passam a reivindicar leis e melhores condições de trabalho, com greves e manifestações constantes. No

Brasil, estas lutas vão ocorrer bem mais tardiamente que na Europa, haja vista o processo de industrialização tardia em comparação com os outros países. Neste sentido a formação social brasileira tem um recorte distinto no que se refere à formação da classe operária brasileira e podem ser comprovadas na resistência do Estado em assegurar os direitos aos trabalhadores, seja pela via da política social, seja pela via do consumo, o que resultou numa fragmentação da luta de classes agravada pelos longos períodos de ditadura civil e militar. A permanência da dicotomia campo/cidade só fez agravar esta situação, redundando numa exclusão social, marca histórica da nossa formação social. Portanto, no Brasil, a ausência de um projeto reformista conforme ocorreu nos países de capitalismo avançado, reforçou a dualidade campo/cidade, mas não impediu que as lutas se manifestassem no cenário político colocando em constante confronto as disputas por projetos societários. Um exemplo foram as lutas no campo, com vários movimentos como a Guerra de Canudos, o Contestado, mas sem dúvidas, o de maior relevância é o chamado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, seguindo a mesma linha das Ligas Camponesas e impulsionadas principalmente pela ação Pastoral da Terra. O MST surge em meados dos anos 70, a partir de várias lutas no campo. Neste período o país vive uma intensa agitação política com o esgotamento do milagre econômico e a crise econômica deixada pelos militares, em prol da luta pela redemocratização do país. O agravamento da pobreza e da miséria assim como a falta de serviços coletivos e o arrocho salarial promovido pelos militares recrudescer as lutas políticas e reacendeu o debate pela construção de um projeto alternativo para o Brasil.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) surge neste contexto, amparado pela emergência do PT e da CUT e com uma estratégia de ocupação de terras como forma de pressionar o Estado à realizar a reforma agrária. A abolição da propriedade privada aqui é entendida como uma forma de superação da ordem burguesa o que inclui um projeto de classe, vinculada aos ideais da classe trabalhadora e de seu projeto revolucionário (Fernandes, 1997). Porém, esta luta corre na contramão do projeto defendido pelo neoliberalismo, pelo sistema capitalista. Assim, suas manifestações e ocupações sempre são e foram marcadas por fortes repressões, principalmente por parte do Estado, numa clara criminalização e banalização das lutas sociais, agindo de forma violenta como forma de conter a luta pela reforma agrária.

Mesmo diante da repressão, O MST vem se tornando ao longo de sua história, um movimento de referência, adotando seu caráter popular, político e de luta. Para tal, a organização estrutural do movimento em várias regiões se dá através de direções, que mandam seus representantes para compor a Direção Estadual, além da existência de

coordenações setoriais, regionais e estaduais. Há também o Encontro Nacional que ocorre a cada dois anos e o Congresso Nacional realizado de cinco em cinco anos.

Como se pode perceber, a luta do MST é uma luta para além da propriedade pela terra, é uma luta de emancipação humana, uma luta política, de superação da ordem vigente, portanto uma luta com caráter classista. Neste período surge também os movimentos sociais urbanos em prol da luta por serviços coletivos e identitários. Ou seja, as lutas operárias não conseguiram se articular com as demandas das lutas dos novos movimentos sociais emergentes. É neste período que eclodiu os chamados *Novos Movimentos Sociais*, como um movimento de protesto contra a guerra dos Estados Unidos no Vietnã, o Maio parisiense em 1968, os movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, dos homossexuais, feministas, dos negros, pelos direitos civis, entre outros.

As condições históricas para a emergência dos Novos Movimentos Sociais no Brasil se dá pela diversidade política, econômica e cultural na América Latina, e em especial a modernização conservadora no Brasil. Os movimentos sociais eclodiram em um momento de profundas transformações na economia com o fim do milagre econômico, de introdução do neoliberalismo e de exclusão das classes subalternas no cenário político; em especial, marcado pelo momento da ditadura no país. Momento de intensa repressão, do não reconhecimento dos direitos sociais, de intenso preconceito; marcados pela tortura, pela perseguição e sobre a perspectiva da seguridade nacional.

Para tal, a emergência dos chamados novos movimentos sociais, vem dar conta exatamente das particularidades das diversas expressões da questão social, como um complemento do então chamado movimento social clássico, e lutar por direitos sociais, bens de consumo, igualdade e liberdade. Como podemos notar nas bandeiras adotadas por cada movimento, como por exemplo, na luta do Movimento Negro contra o racismo, na luta do Movimento Gay contra a homofobia dentre outras bandeiras, da luta das Mulheres por igualdade, respeito; assim como demais movimentos surgidos então.

No Brasil temos nos movimentos sociais e na forma de organização da classe trabalhadora, uma notável alteração na sua ideologia, que perpassa pela mesma crise da sociabilidade e do marxismo, integrando o padrão individualista e pós-moderno. Os movimentos sociais, assim como sindicatos e partidos políticos em sua maioria vão perdendo a perspectiva revolucionária e negam a luta de classes. Esta análise se referencia através de suas formas de organização e pelas próprias bandeiras de luta, conforme será exposto.

Analisaremos aqui apenas alguns movimentos sociais mais expressivos hoje no Brasil, o movimento negro, os movimentos feministas e os movimentos por liberdade de orientação sexual.

O primeiro passo do surgimento do movimento negro vem nos EUA, em 1966 com a criação do movimento Pantera Negra para a autodefesa dos direitos civis para os negros e contra a discriminação racial. Este movimento, segundo Duriguetto (2010), tinha ideologias nacionalistas de lutas por independência das colônias africanas, e com variantes marxistas. Ainda segundo a autora, a radicalização de seus métodos e suas formas de luta com violência, obteve como respostas a intensificação da repressão, por forças especializadas, como a CIA, que exterminou suas principais lideranças.

Segundo Duriguetto (2010) no Brasil, o movimento negro começa a se organizar no fim do século XIX, com a distribuição de jornais e panfletos para a população negra, com o objetivo de denunciar a discriminação racial e reivindicar a integração e participação na sociedade (principalmente participação política e trabalhista). Dessa iniciativa surgiu o movimento “Frente Negra Brasileira”, em 1931, que defendiam as reivindicações contidas nas cartas, jornais e panfletos publicados pelos e para os negros. Este movimento, em 1936 se transformou em um partido político, porém, foi extinto no ano seguinte no Estado Novo. Com o fim dessa era, o movimento negro volta a se rearticular, e novamente sofre forte repressão durante a ditadura militar. Mas em 1978, no auge do reaparecimento em cena das organizações dos trabalhadores com inúmeras greves e manifestações, no Teatro Municipal de São Paulo houve uma manifestação contra o preconceito e atos de violência cometido contra os negros, como a morte do operário Robson Silveira da Luz sob tortura. Essa manifestação teve o apoio de diversos setores da sociedade, como por exemplo, a OAB (Ordem de Advogados do Brasil), Associação Brasileira de Imprensa, do Movimento da Anistia dentre outros. Esse movimento deu surgimento ao então Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU). Temos então, a participação do movimento negro tendo como bandeira de luta a discriminação racial, mas também lutando neste período contra a ditadura militar.

Ainda segundo Duriguetto (2010), nos anos da década de 1980, programas de cooperação internacional contra os atos de racismo foram criados, e em 1988, com a comemoração dos 100 anos da abolição da escravidão no Brasil, o movimento negro

conquista também direitos civis com a Constituição de 88, que incorporou diversas reivindicações do movimento.

Logo após, na década de 1990, com o advento do Neoliberalismo, surgem as chamadas ONGs, que passam a receber auxílio do governo para atuarem contra o preconceito, e dando apoio institucional às vítimas do racismo e violência contra os negros. Já com Lula no poder, o movimento conquistou através das cotas, a reserva de vagas em universidades públicas destinadas aos negros.

Como exposto acima, o movimento negro sempre teve como marca de suas bandeiras, direitos civis, e pouco se perpassa sobre a esfera do trabalho. Desde o seu surgimento, estiveram na luta contra a discriminação social, e lutaram também pela redemocratização no Brasil na era da ditadura militar. Ainda temos as bandeiras de luta dos negros pedindo por igualdade no mercado de trabalho, porém sua luta é mais voltada pela inserção na sociedade e na luta contra o preconceito.

Temos também, o surgimento do movimento por liberdade de orientação sexual no Brasil, em defesa dos direitos civis dos homossexuais e, sobretudo, contra a discriminação. Segundo Duriguetto (210), este movimento tem início no Brasil no final dos anos de 1970, com a formação do grupo *Somos*, formado por estudantes, artistas e intelectuais do momento. Posteriormente, nos anos de 1980, as reivindicações foram aumentando sua repercussão e foram sendo formados mais grupos por todo o país, com o objetivo de inserir o termo orientação sexual no rol dos impeditivos de discriminação e a retirada pelo Conselho Federal de Medicina da homossexualidade tida como doença, dentre outros. O grupo *Somos* foi sucedido por diversos outros grupos nos demais estados, como o do Grupo Gay da Bahia, Triângulo Rosa do Rio de Janeiro, todos com o mesmo objetivo, lutar contra o racismo, a retirada da culpabilidade da homossexualidade por doenças, e a inserção do termo orientação sexual da Carta Constitucional em 1986. Contudo, este termo só começa a ser abordado anos após a Constituição, em diversos Estados, e alguns municípios aderem em suas legislações à ilegalidade contra o preconceito homossexual.

Mas o grande marco do movimento gay no Brasil se deu em 1995, com o surgimento da Parada Gay no estado do Rio de Janeiro, que passa a ocorrer todos os anos e em praticamente todos os estados brasileiros. Segundo Duriguetto (2010), as manifestações foram

marcadas pela luta do reconhecimento legal de direitos civis relativos à conjugalidade, parentalidade, proteção física e antidiscriminação LGBT.

O movimento gay, não é um movimento unificado, como o caso do MST, MAB, movimento estudantil e alguns outros. O movimento gay tem frentes e organizações em diversos estados e municípios, e até mesmo dentro de outros movimentos, mas tem como marco de encontro, no lugar de assembleias a Parada Gay. Isso não quer dizer, que não há assembleias e encontros dentro dos movimentos, mas não há um encontro de âmbito nacional. Outra característica que o movimento gay possui é a ampliação de ONGs que surgiram para o apoio contra o preconceito e homofobia.

Hoje o movimento gay, segundo pesquisas nos sites e na cartilha elaborada pelos militantes, tem como bandeira de luta maior, a homofobia que vem se intensificando nos últimos anos. Houve um avanço, com a intenção de uma publicação de cartilha sobre a orientação sexual, contra o racismo e homofobia, que seria distribuída nas instancias de ensino, porém, esta cartilha foi proibida pelo então governo do PT. Isto não impediu contudo, que algumas organizações elaborassem cartilhas para ser divulgada para a população como o grupo do movimento gay dentro da ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes- Livres).

O movimento gay, não é mais um movimento reprimido pelo Estado, tendo em vista que não tem em suas bandeiras de luta uma visão contra a ordem vigente, o que deixa claro, por exemplo, na campanha do Movimento Gay de Minas: Um país rico é um país sem homofobia; ou seja, para o movimento gay a questão do trabalho e da classe social não aparece com um problema a ser combatido ou enfrentado. Isto não significa que não haja militantes que não tenham esta perspectiva de emancipação, porém a maioria dos movimentos LGBT não tem essa consciência da luta de classes e muitas vezes a negam. Portanto, podemos caracterizar o movimento gay como um movimento em prol de direitos civis o que não perpassa pela luta classista.

Outro movimento forte e que tem crescido no Brasil, é o movimento feminista e\ou de mulheres. Porém, este movimento tem seus primeiros passos desde o início da industrialização, lutando por direitos trabalhistas, como a legalização do trabalho feminino e infantil, marcando assim, segundo Duriguetto (2010), uma tendência de emancipação da mulher e em suas relações, que se contrapunha ao sistema capitalista; ou seja, buscavam por uma transformação da sociedade, para se obter a liberdade e igualdade. Anos depois, havia

lutas por igualdades jurídicas, como o direito ao voto, e contra a ideologia da mulher enquanto uma figura doméstica.

Hoje, temos um movimento feminista no Brasil, com bandeiras que perpassam tanto a questão do trabalho, reivindicando igualdade salarial, e bandeiras por direitos civis, como o direito ao aborto legal e seguro, autonomia sobre o corpo e a vida, contra as violências sofridas pelas mulheres (violência física, psicológica, sexual e social), dentre outras. O movimento feminista, assim como o movimento gay, não possuem uma organização de caráter nacional, existem organizações dentro de partidos políticos, como o caso do “Mulheres em Luta” fortemente ligado ao PSTU, movimentos que foram se criando em diversos estados e municípios, mas sem nenhuma entidade organizativa de cunho nacional. Hoje, uma forte expressão de manifestação do movimento feminista, se encontra na Marcha das Vadias, que abordam todas as bandeiras de luta feministas, e estas marchas estão ocorrendo em todo o país, acompanhando a tendência do próprio movimento gay.

O movimento gay, negro e feminista possuem bandeiras e organizações em comum, tendo em vista, que todos lutam contra a discriminação. Porém, não se tem uma formação forte de união destes movimentos em uma luta comum, como no caso do movimento social dito como clássico, que tinha como bandeira de luta principal, melhores condições de trabalho. Outra característica em comum destes movimentos é a falta de uma entidade central, de cunho nacional, abarcando uma bandeira mais unificada de luta.

Todos esses argumentos e características deixam claro que são poucos os militantes ou organizações, que tenham a consciência de classe em si, e conseqüentemente acabam por negar a luta de classes. Isso resulta no processo analisado por Bihr (1998) da crise da sociabilidade e do marxismo. Temos hoje, diversos movimentos sociais, que deixaram de lado a luta pela emancipação e transformação da sociedade, visando apenas à luta por direitos civis e sociais.

Essa análise, tanto histórica dos novos movimentos sociais, como do contexto socioeconômico em que eles se encontram, nos apresenta a partir de suas bandeiras de luta e forma de organização, que a maioria se encontra cada vez mais fragmentada. São poucas as organizações e bandeiras em comum destes movimentos. A maior expressão em comum nas lutas destas organizações, é a luta por direitos civis.

Outro fato importante é a fragmentação. Embora esteja presente também em diversos segmentos da organização da classe trabalhadora, se manifesta de forma mais expressiva na organização e luta dos movimentos sociais urbanos, como os chamados novos movimentos sociais . Se antes tínhamos movimentos que buscavam a transformação da sociedade, com a crise da sociabilidade estes foram se fragmentando automaticamente. Porém, o que se pode notar, é que estes “novos” movimentos lutam por particularidades, não tendo a perspectiva de que estes problemas são todos gerados pela ordem do capital em que a desigualdade é fundante, onde é cada vez mais necessário a acumulação em um pólo e pauperização do outro. Desta forma, muitos não têm uma ideologia e uma análise macrosocietária, lutando assim por uma emancipação política e não humana, de superação da ordem vigente. São poucos os setores dentro dos movimentos sociais e poucos os movimentos que tem como luta essa superação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o projeto societário defendido pelo MST articula-se com a ideologia e luta pela superação da ordem burguesa, entendendo que a realização da Reforma Agrária não é compatível com o sistema de acumulação capitalista, de concentração de riqueza nas mãos de poucos e pauperização da massa trabalhadora. Esse questionamento se faz aparente nas escolas por eles associadas, na formação de seus militantes, nas lutas diárias contra o governo e a sociedade capitalista; e pela continuidade de sua luta.

Já os chamados Novos Movimentos Sociais vem em defesa de direitos sociais, de liberdade de expressão e de orientação sexual, por bens de consumo, dentre outros; porém, o que se percebe é que a maioria destes movimentos não faz uma análise macrosocietária da realidade social, fragmentando suas lutas. São raros os movimentos que entendem que em uma sociedade capitalista a desigualdade, seja ela qual for, favorece a ordem vigente. Desta forma, a luta torna-se microsocietária e não questionadora da ordem burguesa.

Entende-se a necessidade e importância dos chamados novos movimentos sociais, porém há a necessidade de que os mesmos tenham uma visão da totalidade da sociedade em que vivem, e que essas lutas sejam articuladas com todas as outras, tanto as lutas urbanas (clássicas ou novos movimentos) quanto com as lutas no campo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.

ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo* / Ricardo Antunes – 9. Ed. - São Paulo : Brasiliense, 1980.

BEHRING; BOSCHETTI, IVANETE. *Política social: fundamentos e história* / Elaine Rosseti Behring, Ivanete Boschetti : Cortez, 2009. – (Biblioteca Básica do Serviço Social; v.2).

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise.* / Alain Bihr. São Paulo : Editora Boitempo. 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia.* In: TEIXEIRA, S.F. (org). em busca de uma teoria. Rio de Janeiro: Abrasco, 1995, p.47-60.

GIANNOTTI, Vito, 1943. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil* / Vito Giannotti. – Rio de Janeiro : Mauad X, 2007.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX {1914-1991}*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL : esboço de uma interpretação histórico-metodológica* / Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho. – 26.ed. – São Paulo, Cortez; [Lima, Peru] : CELATS, 2009.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital* / Octavio Ianni – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 1981.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação* / Luis Mauro Iasi – 2. Ed. – São Paulo : Expressão Popular. 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo fase superior do capitalismo.* São Paulo : Ática, 1979.

LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.* Saõ Paulo : Cortez, 2007.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* / Karl Marx ; apresentação de Jacob Gorender ; coordenação e revisão de Paul Singer ; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 2. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985. (os economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MONTAÑO, Carlos. *Estado, classe e movimento social* / Carlos Montañó, Maria Lúcia Duriguetto. – 1. Ed. – São Paulo : Cortez, 2010. – (Biblioteca Básica de serviço social; v.5).

NETTO, José Paulo, 1947 – *Capitalismo monopolista e serviço social* / José Paulo Netto – 8. Ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. *Economia Política – Uma introdução crítica*/José Paulo Netto e Marcelo Braz -2ed.- São Paulo: Cortez,2007. – (Biblioteca Básica do Serviço Social; v.1)

OLIVEIRA, Ednéia. *Classes sociais e reformismo social: estratégia de conciliação entre capital e trabalho*, 25p, 2013. Mineo

Disponível em:

<http://www.mgm.org.br/portal/>

<http://mnu.blogspot.com.br/>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal